

## Mães podem pesquisar? Um estudo com narrativas digitais sobre maternidade e vida acadêmica

*Can Mothers Do Scientific Research? A Study with Digital Narratives on Motherhood and Academic Life*

*¿Las madres pueden investigar? Un estudio con narrativas digitales sobre maternidad y vida académica*

Michelle Viana Trancoso  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
michelle.viana.trancoso@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-9983-1749>

Tania Lucía Maddalena  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
tania.lucia.maddalena@uerj.br  
<https://orcid.org/0000-0002-3949-6491>

### RESUMO

O presente estudo se propõe a compreender os desafios enfrentados por mulheres mães na academia, amparados nas teorias feministas (Hollanda, 2018; Rago, 2013; Scavone, 2001) e nas bases teórico-epistemológicas da pesquisa narrativa (Souza, Martins, 2020; Josso, 2004), a partir de uma cartografia on-line (Carvalho; Pocahy, 2020). O artigo apresenta inicialmente os dados estatísticos sobre a parentalidade na ciência brasileira e, em seguida, se debruça sobre a cartografia on-line, que recupera histórias e narrativas de mulheres mães pesquisadoras. Dentre os achados da cartografia estão o dilema entre tornar-se mãe ou ser pesquisadora, além da sobrecarga daquela que decide ser mãe durante a empreitada científica. As hiperescritas de si (Maddalena, 2018) das mulheres mães pesquisadoras na rede social Instagram articulam-se como uma possibilidade de enunciação e visibilidade, revelando um cotidiano impregnado pela desigualdade de gênero nos espaços acadêmicos. Por fim, defende-se a necessidade de recuperar tais histórias para feminizar a ciência (Rago, 2001).

**Palavras-chave:** Mães pesquisadoras. Feminismos. Narrativas Digitais. Cartografia on-line.

### ABSTRACT

The present study seeks to understand the challenges faces by women mothers in academic life, from the feminist theories (Hollanda, 2018; Rago, 2013; Scavone, 2001) and with the theoretical-epistemological bases of narrative research (Souza, Martins, 2020; Josso, 2004), based on online cartography (Carvalho; Pocahy, 2020). The article initially presents the statistical data on parenting in Brazilian science and, subsequently, the online cartography, which recovers stories and narratives from female mother researchers. Among the findings

of the cartography, there is the dilemma between becoming a mother or being a researcher and the overload of those who decide to be mothers during their academic career. The self-hyperwriting (Maddalena, 2018) of female mother researchers on the social network Instagram are articulated as a possibility of enunciation, giving visibility in academic spaces. Finally, we defend the need to recover such stories to feminize science (Rago, 2001).

**Keywords:** Mother researchers. Feminisms. Digital Narratives. Online Cartography.

## RESUMEN

El presente estudio busca comprender los desafíos enfrentados por las mujeres madres en la vida académica, desde las teorías feministas (Hollanda, 2018; Rago, 2013; Scavone, 2001) y con las bases teórico-epistemológicas de la investigación narrativa (Souza, Martins, 2020; Josso, 2004), a partir de una cartografía en línea (Carvalho; Pocahy, 2020). El artículo presenta inicialmente los datos estadísticos sobre la parentalidad en la ciencia brasileña y, seguidamente, la cartografía en línea, que recupera historias y narrativas de mujeres madres investigadoras. Entre los hallazgos de la cartografía, está el dilema entre convertirse en madre o ser investigadora y la sobrecarga de las que deciden ser madres durante la carrera académica. Las hiperescrituras del yo (Maddalena, 2028) de las mujeres madres investigadoras en la red social Instagram se articulan como una posibilidad de enunciación, dando visibilidad a un cotidiano impregnado por la desigualdad de género en los espacios académicos. Finalmente, defendemos la necesidad de recuperar tales historias para feminizar la ciencia (Rago, 2001).

**Palabras clave:** Madres investigadoras. Feminismos. Narrativas Digitales. Cartografía en línea.

## Introdução

Mães podem pesquisar? Iniciamos nosso estudo questionando-nos acerca das desigualdades de gênero enfrentadas por mulheres mães no empreendimento científico (Schienbinger, 2001), em razão da invisibilidade acadêmica das mães. A questão proposta situa-se em um fato ocorrido no final de 2023, quando um parecerista do CNPq justificou a recusa à bolsa de produtividade (PQ) com base na suposta relação da baixa produtividade da pesquisadora às suas gestações. Diante do fato, a professora-pesquisadora Débora Diniz criou um canal de escuta às mulheres que receberam pareceres ou vivenciaram situações semelhantes. Esse fato nos levou a cartografar o fenômeno, analisando narrativas que evidenciam a

sobrecarga vivida por nós, mulheres que vivemos nossas maternidades na academia, bem como a exclusão a esse espaço de produção de conhecimento e de seus elementos de prestígio, como é o caso das bolsas de produtividade, como veremos mais à frente.

Trata-se de um artigo narrado em primeira pessoa do plural – somos mulheres, pesquisadoras da área da Educação e mães de crianças pequenas. O lugar de fala (Ribeiro, 2017) e de afeto (Garcia, 2023) dos quais nos valemos é fundamental para o avanço da ciência e de seu *modus operandi* na sociedade atual, em que os movimentos sociais têm se apropriado cada vez mais dos espaços acadêmicos. Para nós, o conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2017) fortalece nossos discursos e joga luz sobre as subjetividades entrelaçadas ao cenário macro de investigação – que é a participação das mães na práxis da pesquisa e produção científica –, pois diz respeito ao “locus social de um grupo subalternizado, invisibilizado pela hierarquização de saberes, consequente da hierarquia social e de grupos beneficiados pelos privilégios acarretados pela opressão de outros, alimentando a universalidade” (Trancoso, 2018, p. 110). Esse lugar de fala, por sua vez, é embutido das afecções (Spinoza, 1983, Ética III) experienciadas pelo corpo que materna na academia e dos afetos que “colocam em movimento ou alimentam nossa vontade de agir, nossa possibilidade de perseverar em nossa vida” (Garcia, 2023, p. 44).

O acontecimento que nos atravessa<sup>1</sup> ocorreu em dezembro de 2023, quando uma professora da Universidade Federal do ABC (UFABC), participante de um edital de Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ)<sup>2</sup>, recebeu um “parecer ad hoc” de um avaliador do CNPq indicando sua reprovação e constando em juízo que

---

<sup>1</sup>Atualmente, pesquisamos o cotidiano das mulheres mães na UERJ, no Programa de Pós-Graduação em Educação ProPEd/UERJ.

<sup>2</sup>Subsídio do governo brasileiro concedido aos cientistas mais produtivos do país.

“provavelmente suas gestações atrapalharam essas iniciativas [pós-doutorado no exterior], o que poderá ser compensado no futuro”.

A professora-pesquisadora Débora Diniz, que usa suas redes sociais para debater sobre temas sociais que afetam as mulheres, manifestou-se no Instagram<sup>3</sup> para comentar o fato. Ao receber tantos relatos, nos comentários, de situações semelhantes à da professora da UFABC, Débora Diniz abriu outro canal de comunicação, um dispositivo de escuta, perguntando às seguidoras, em nova publicação, se haviam recebido pareceres misóginos, criando o e-mail [pareceresmisoginos@gmail.com](mailto:pareceresmisoginos@gmail.com), a fim de organizar e continuar recebendo as histórias. Configurou-se, então, uma rede de subjetividades, uma constelação narrativa que mostra a força coletiva das hiperescritas de si (Maddalena, 2018), em que muitas mulheres passaram enviar seus relatos à pesquisadora, a qual, por sua vez, compartilhou essas histórias, aproveitando-se de elementos visuais das redes sociais para visibilizar as experiências acadêmicas em face da maternidade, evidenciando assim a grande desigualdade de gênero na ciência.

Diante do exposto, buscamos, neste estudo, compreender os desafios impostos às mulheres durante o exercício longínquo de suas maternidades, refletindo sobre como as narrativas digitais contribuem com a movimentação coletiva capaz de confrontar as narrativas dominantes visibilizando identidades, histórias e percursos formativos, afinal, a contação digital de histórias “permeia as redes sociais, as formas como produzimos conhecimento, como criamos e fruímos arte, enfim, os modos como passamos a habitar o mundo, narrando-o e, por conseguinte, inventando-o” (Maddalena; Nolasco-Silva, 2022, p. 4). Para isso, recorreremos a uma cartografia on-line, método que “aciona reflexões e

---

<sup>3</sup>A conta pública do Instagram da professora-pesquisadora Débora Diniz é @debora\_d\_diniz, disponível em: [https://www.instagram.com/debora\\_d\\_diniz/](https://www.instagram.com/debora_d_diniz/) Acesso em: 15 abr. 2024.

atravessamentos que constituem o/a pesquisador/a em seu cotidiano de pesquisa, sobretudo as suas tomadas de posições e escolhas” (Carvalho; Pocahy, 2020, p. 64). Cartografaremos, então, para alcançar nosso objetivo principal, estruturando este artigo em três partes.

Nesta introdução, delineamos nossa intenção investigativa e tudo o que a prática de escrita da presente cartografia mobiliza em nós enquanto mães pesquisadoras. Em seguida, na seção intitulada “Feminismos, pesquisa narrativa e cartografia on-line: uma tessitura metodológica”, discutimos a fundamentação epistemológica e as bases teórico-metodológicas envolvidas na pesquisa com narrativas digitais. Cartografar esse movimento on-line não somente nos leva a refletir sobre a desigualdade estrutural da práxis científica, como também nos permite reconhecer as potencialidades das hiperescritas de si (Maddalena, 2018), as quais, reunidas, adquirem a força de uma voz coletiva, representando uma possibilidade de intervenção feminista e transformação social em tempos de cibercultura. Na terceira seção – “Maternidade e pesquisa acadêmica: o que diz a ciência sobre suas pesquisadoras mães?” –, abordamos o olhar da ciência sobre suas pesquisadoras mães, recuperamos dados estatísticos e, ainda, apresentamos a própria cartografia on-line realizada no Instagram, com histórias e narrativas de mulheres mães pesquisadoras, a partir do acontecimento disparador do parecer que um “avaliador ad hoc” do CNPq emitiu em dezembro de 2023. Por fim, a seção “Ciência no feminino, a necessidade de continuar constelando narrativas feministas” conclui o artigo, destacando a urgência de se criar e compartilhar narrativas que avancem na criação de um contexto mais inclusivo e diverso na ciência e pesquisa contemporânea.

## **Feminismos, pesquisa narrativa e cartografia on-line: uma tessitura metodológica**

Partimos do contexto de desigualdade de gênero, logo, nossa forma de pesquisar e compreender o mundo atual se vale dos pressupostos teóricos do movimento feminista, pois, quando mergulhamos na temática das mulheres que vivenciam a maternidade na academia, na condição de pesquisadoras – uma, orientadora, e a outra, orientanda –, assumimos uma perspectiva e um posicionamento feminista em uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2005; Pocahy, 2011). Assim, reconhecemos que o foco das interseções de raça e gênero é essencial para se refletir sobre a estrutura social, afinal, conforme apresentaremos mais adiante, as mulheres negras e indígenas formam 0% dos pesquisadores que recebem a bolsa PQ.

Apoiamos nossas ideias nas contribuições de Heloisa Buarque de Hollanda (2018), que define a primeira onda do feminismo como a das feministas clássicas, as sufragistas; a segunda onda como sendo representada por Simone de Beauvoir com a pauta de gênero como construção cultural, existencial; a terceira onda, de cunho acadêmico, problematizando o feminismo branco universal, o essencialismo com seu marcador binário, e que avança com o devir gênero que implica em performatividade, sistematizado por Judith Butler; e a quarta onda pela apropriação do digital. Para a autora, nos encontramos em uma quarta onda do feminismo composta por uma nova geração política que traça estratégias próprias em uma coletividade horizontal, que valoriza narrativas e experiências individuais.

Além disso, recorreremos à Margareth Rago, compreendendo os feminismos como abordagens que não se restringem aos movimentos formalmente organizados que se intitulam feministas, mas como “práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina

e da imposição de um modo de ser ditado pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade compulsória” (Rago, 2013, p. 28). Nesse movimento libertário, uma das contribuições epistemológicas e metodológicas caras ao feminismo incide nas práticas de escrita de si, repensando a linguagem e o discurso que atravessa o lugar das mulheres mães dentro das universidades. Isso porque o processo de invisibilização dessa identidade é uma das lacunas que precisam ser pensadas para se compreender a estruturação do sistema de produção científica, sistema esse que envolve universidades, institutos, grupos de pesquisa, empresas, agências de fomento e governo.

Concordamos com Margareth Rago (2013, p. 31) quando indica que os feminismos abrem outras possibilidades de subjetivação e de existência para as mulheres, e que é necessário considerarmos a linguagem e o discurso, meios pelos quais se organizam a dominação cultural e, ao mesmo tempo, a resistência. Nessa vertente, “escrever, é inscrever-se, é fazer existir publicamente, o que no caso das mulheres assume uma grande importância, já que o anonimato caracterizou a condição feminina até algumas décadas atrás” (Rago, 2013, p. 32). Por esse viés, a narradora de si, a pessoa que narra sua história, desempenha papel central no âmago das discussões epistemológicas e metodológicas acerca da pesquisa narrativa, uma vez que a história vista de baixo está fortemente associada à experiência de vida (Ferrarotti, 2014).

Corroborando com a função social da narradora de si, Christine Josso (2007) acredita que, pela narração das histórias de vida, em trabalho individual e coletivo, se evidenciam questões comuns e as fragilidades das identidades, o que permite que as pessoas passem a pensar “novos recursos, estratégias e solidariedades que estão por descobrir ou inventar” (Josso, 2007, p. 415). Não à toa, quando Débora Diniz estimula a narração de histórias em um espaço aberto por parte das próprias

participantes, podemos observar o esboço de uma construção das identidades (mãe pesquisadora, mãe impossibilitada de pesquisar, mulher pesquisadora impossibilitada de ser mãe etc.) em torno de valores, aspirações e interesses, daí a relação entre as narrativas de si e a existencialidade.

Contribui com nossa base teórica-metodológica também o trabalho elaborado por Gayatri Spivak (2014), a qual argumenta que “a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente” (Spivak, 2014, p. 24) e analisa a possibilidade de a mulher subalterna se autorrepresentar. Ela entende que as narrativas ocidentais foram estabelecidas como normativas, estabelecendo uma dupla opressão: uma, pela construção do regime colonialista, e outra, pela construção social de gênero; mas com agravamento para o silenciamento da mulher.

Gayatri Spivak (2014, p. 15) sustenta que o subalterno não fala, porque é “desinvestido de qualquer forma de agenciamento”, logo, sua posição discursiva não lhe permite falar, mas reconhece o papel da mulher intelectual para romper com o silenciamento histórico. Questionamo-nos, portanto, o que as escritas das mulheres tratadas neste artigo nos revelam sobre suas potencialidades?

Em uma pesquisa sobre determinada identidade marginalizada, os dados presentes nas histórias contadas em primeira pessoa revelam mais do que os dados presentes nas falas em terceira pessoa, principalmente quando a posição social de quem narra como observador representa a figura do opressor nessa relação de poder; é a dicotomia entre sujeito e objeto para o oprimido, pois, quando objetos, nós somos narradas e descritas pelo outro, e, conseqüentemente, permanecemos à margem, afinal, “a apropriação da voz marginal ameaça a própria existência da autodeterminação e da livre expressão de si de pessoas exploradas e oprimidas” (hooks, 2019, n.p.).

Frente ao exposto, convém tomar como empréstimo a teoria social crítica formulada por Patricia Collins (2019), com base nas proposições de bell hooks (2019). Collins problematiza a negação da condição de produção de trabalho intelectual a artistas e ativistas políticas negras, denunciando a lógica estabelecida e normatizada entre sujeito e objeto, na qual as mulheres negras são consideradas objetos de estudo. Para ela:

As realidades das mulheres negras são negadas por todos os pressupostos nos quais se baseia o pertencimento pleno a um grupo: a branquitude como condição para integrar o pensamento feminista, a masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro, e a combinação de ambas para fazer parte do setor dominante da academia. Impedidas de ocupar uma posição plenamente interna em qualquer uma dessas áreas de pesquisa, as mulheres negras permaneceram em uma situação de outsiders internas, como indivíduos cuja marginalidade proporcionou um ângulo de visão específico sobre essas entidades intelectuais e políticas (Collins, 2019, n.p.).

Em suma, considerando que nossa pesquisa se vale das histórias de mulheres mães na academia, é imprescindível trabalharmos com os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa narrativa, uma vez que as narrativas são atos de formação (Souza, Martins; Tourinho, 2020) e “permitem ao sujeito em formação compreender o processo de conhecimento e de aprendizagem que estão implicados nas suas experiências ao longo da vida” (Souza, 2016).

Chegamos então a outro aspecto metodológico e epistemológico: a cartografia on-line. As narrativas recebem outros usos e sentidos quando acontecem em ambientes on-line, inclusive nas práticas dos movimentos de mulheres em redes sociais, entendidos como ciberfeminismos por Tereza Fernandes e Edméa Santos (2022), afinal, “esses espaços na internet possibilitam a produção de novas subjetividades, conexões e solidariedades” (Fernandes; Santos,

2022, p. 94). Nesse sentido, entendemos que as especificidades da cibercultura e as lógicas do digital em rede atravessam e afetam diretamente os processos de subjetivação e a produção de conhecimento em todas as suas modalidades e contextos (Santos, 2014). Desse modo, a linguagem da hipermídia (Santaella, 2021) possibilitou não somente uma nova maneira de contar histórias, mas também de compartilhá-las e difundi-las nas redes. A narração digital de histórias constitui-se como uma prática cotidiana da cibercultura, que permeia as redes sociais, as formas como produzimos conhecimento, arte e modos de habitar o mundo (Maddalena, 2018).

Nesse contexto de cibercultura, que nada mais é que nossa cultura contemporânea mediada pelo digital em rede (Santos, 2014), aprendemos com Carvalho e Pocahy (2023, p. 180) que, para produzir/agenciar cibercartografias em nossas movimentações de pesquisa no ciberespaço-cidade, precisamos “mobilizar rastros online (fontes genuínas de dados) produzidos com e pelas usuárias”. A cartografia on-line tem como base a epistemologia pós-estruturalista (Freitas; Couto Junior; Carvalho, 2023), a qual não tem a pretensão de buscar meramente respostas e resultados objetivos. Esse olhar epistemológico se preocupa com problematizar os processos por meio dos quais os sentidos são produzidos, e reconhece “a importância da afetação, a qual nos lança sobre o caráter da imprevisibilidade de uma pesquisa” (Freitas; Couto Junior; Carvalho, 2023, p. 44). Segundo Carvalho e Pocahy (2020), cartografar é um modo político e estético de pesquisar, é uma forma de problematizar e produzir os mundos pelo olhar e sentir do outro. Em suas palavras, a cartografia é:

Uma abordagem analítica-crítica das micropolíticas das formações subjetivas e das pulsações dos desejos. Nos rastros de suas ideias, compreendemos o método cartográfico como modos de problematização e de produção de mundos, a partir de um olhar-sentir

outro, (re/inventar) a vida cotidiana. Tomamos o método cartográfico como um processo de fazer a pesquisa não-linear, hipertextual e em rede, para chegar a determinado entendimento-sentimento do mundo e das coisas, mesmo que muitas das vezes inesperado e inusitado (Carvalho; Pocahy, 2020, p. 64).

Em nossa pesquisa, esses rastros, cabe mencionar, são as escritas de mulheres compartilhando experiências e sentimentos que operam como vestígios para compreendermos o fenômeno e as relações estabelecidas. Ademais, acessamos à escrita dessas mulheres mães cientistas por meio de uma cartografia on-line, sendo as hiperescritas de si (Maddalena, 2018) os rastros materiais que utilizamos para compor este estudo. Entendemos que hiperescritas de si são:

Práticas culturais de escrita na hipermídia, sempre dando prioridade a um tipo de escrita digital que possui como base a contação de histórias, sejam histórias de vida, ficções ou invenções. Para nós, as hiperescritas estão fundadas no hipertexto, fazem uso dele e o incorporam combinando com outros elementos digitais. [...] [As hiperescritas de si] São as escritas que contêm experiências, lembranças, relatos e ficções sobre si mesmo e o processo formativo, na linguagem da hipermídia. Ou seja, que utilizam e expandem a plasticidade do digital e suas possibilidades imagéticas, de hiperlinks e espaço/temporais das redes para contar histórias de vida, inventá-las e ficcionar a própria vida (Maddalena, 2018, pp. 178-179).

Nessa lógica conceitual, como acessar as hiperescritas de si de mães que pesquisam? O que as mães cientistas falam sobre suas carreiras e processos de formação? Como é, atualmente no Brasil, ser mãe de uma criança pequena e, ao mesmo tempo, pesquisadora nas universidades? Como tem sido considerado o período de licença-maternidade pelas agências de fomento e o apoio às pesquisadoras mães desde as universidades? Como impactou o parecer do avaliador “ad hoc” do CNPq nas redes sociais? Como outras mulheres mães que pesquisam se afetaram frente a esse acontecimento?

É a partir desses questionamentos que mobilizamos nossa cartografia on-line sobre mães que pesquisam e habitam o ambiente acadêmico no Brasil. Vale esclarecer que as narrativas escolhidas para a tessitura do artigo são narrativas que se encontram em contas públicas e abertas ao público geral na rede social Instagram. Todavia, por questões éticas de nossa pesquisa, escolhemos preservar os nomes e imagens das mulheres que comentaram as diversas postagens, pois o que nos importa resgatar são as histórias e as narrativas para pensar as maternidades vivenciadas na vida acadêmica.

Antes, porém, iniciaremos nossa análise pela perspectiva da própria ciência, como uma estratégia de produção textual para reconhecer os dados e as explicações legitimados pelo discurso científico e institucional, para então adentrarmos nas vivências daquelas que, até então, desempenhavam na pesquisa científica o papel de objeto de investigação, passando a vigorar como sujeitos de suas próprias pesquisas (Collins, 2019).

## **Maternidade e pesquisa acadêmica: o que diz a ciência sobre suas pesquisadoras mães?**

Feitas as tessituras teórico-metodológicas, avançamos em nosso estudo evocando a pesquisadora Lucila Scavone (2001), que analisa cuidadosamente a relação entre a maternidade e o feminismo à luz das teorias das ciências sociais. De acordo com a autora, em um primeiro momento, a crítica feminista via a maternidade como um elemento-chave para a dominação masculina (Haraway, 1995; Keller, 2016) e, por isso, sua recusa seria o caminho para a subversão. Daí toda a luta voltada contra o essencialismo e para os métodos contraceptivos e o aborto na década de 70. Em um segundo momento, que a autora denomina diferencialista, a crítica feminista passa a pensar a maternidade como um poder insubstituível, sob a ótica lacaniana, “que valoriza o lugar das mulheres na gestação, lembrando que o

cordão umbilical, unindo o afeto à mãe, é fonte de vida e poder” (Scavone, 2001, p. 140), sob uma ótica histórica e antropológica. Por fim, chega-se à terceira fase desse diálogo, que consiste no entendimento de que não é o fato biológico, mas “as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade” (p. 141).

Em suma, a crítica feminista, que começou pela questão biológica, passou a explicar a dominação masculina pela via social, com a contribuição das ciências sociais a partir do conceito de gênero. As ciências sociais, dessa forma, marcam o debate feminista com a compreensão relacional da maternidade, pela qual só é possível compreender essa prática social abordando a paternidade, uma vez que se trata de uma construção social.

Para nós, o dilema da maternidade também é abordado pela perspectiva de gênero, “tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da opressão das mulheres” (Scavone, 2001, p. 143). Essas facetas ganham novos contornos com a era tecnológica, trazendo o olhar para a alta busca por tecnologias contraceptivas e conceptivas. Houve, de fato, um rompimento com o determinismo biológico, mas se consolidam o questionamento e a reflexão sobre o “lugar da mãe”, no debate feminista contemporâneo, incluindo a parentalidade, visto que ainda são as mulheres as mais sobrecarregadas com relação às responsabilidades parentais.

É inequívoco o problema social cuja complexidade lança luz sobre as relações de poder nas universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento, onde as mulheres ocupam um espaço inferior ao dos homens e as desigualdades são incorporadas à produção de conhecimento (Marques, 2020). Ao analisar o campo, Londa Schiebinger (2001) aprofunda o olhar sobre a maternidade e o desenvolvimento, a profissionalização da ciência, demonstrando como culturalmente consolidou-se a exclusão das mulheres da ciência, de modo que

parecesse justa e normal. Para a pesquisadora, quaisquer que fossem as colocações, a favor ou contra os fatos, os dados confirmavam que a ciência era um território predominantemente masculino (Schienbinger, 2001), em grande parte, atribuído às funções da maternidade, de modo que “as próprias mulheres - isto sem mencionar o parto ou a criação de filhos - há muito têm sido consideradas um empecilho para o sério empreendimento científico” (Schienbinger, 2001, p. 185). Ainda em suas palavras:

Qualquer que seja o resultado do debate sobre produtividade científica, a maioria dos pesquisadores nessa área (inclusive Zuckerman) concorda em que, havendo igualdade em outras coisas, homens e mulheres com recordes de pesquisa equivalentes não detêm as mesmas posições. Os homens tendem a ocupar posições mais elevadas que as mulheres e a trabalhar em universidades de pesquisa mais prestigiadas. Qualquer que seja sua produtividade, as realizações das mulheres não são igualmente recompensadas por aumentos salariais, promoção ou reconhecimento profissional (Schienbinger, 2001, p. 103).

O cenário da parentalidade no ensino superior no Brasil apresenta dados bem significativos e simbólicos nessa luta. De acordo com uma publicação do Parent in Science (PIS, 2021)<sup>4</sup>, de todos os estudantes (homens e mulheres) que estão no ensino superior federal e possuem filho, somente 5,2% contam com creches e redes de apoio na universidade. Além disso, as “mães solo” somam 15,3% dos arranjos domiciliares no Brasil, com limitações na rede de apoio, ou seja, a parentalidade na academia é um ponto crítico no Brasil, e as mulheres sofrem mais com a falta de estrutura e rede de apoio. Outro dado que não pode ser ignorado é o recorte racial da parentalidade no cenário do ensino superior federal, em que indígenas, quilombolas e negros superam a presença de estudantes brancos que possuem

---

<sup>4</sup> Instagram do Parent in Science. Publicação de 11 de março de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMR87v1pUxP/?igsh=MTE3MTJzdG04dml0eQ==>. Acesso em: 13 mai. 2024.

filhos. Em outras palavras, a presença de estudantes que possuem filhos é maior entre indígenas, quilombolas e negros em comparação com estudantes brancos; esses grupos enfrentam desafios adicionais na academia, incluindo a conciliação entre estudos e responsabilidades parentais.

Por outro lado, recrudescer o quadro quando, inversamente, nota-se a sub-representação das mulheres negras e indígenas no percentual de concessão das bolsas PQ-1A<sup>5</sup>, segundo análise feita pelo PIS<sup>6</sup>, no ano de 2023, a partir dos dados do CNPq. De acordo com a análise, o maior percentual de bolsas, 58,2%, permanece com homens brancos; 29,8% com mulheres brancas; enquanto 6,4% das referidas bolsas destinam-se a homens pardos, e 0,7%, a homens pretos. Mulheres pretas e indígenas restaram com percentual nulo.

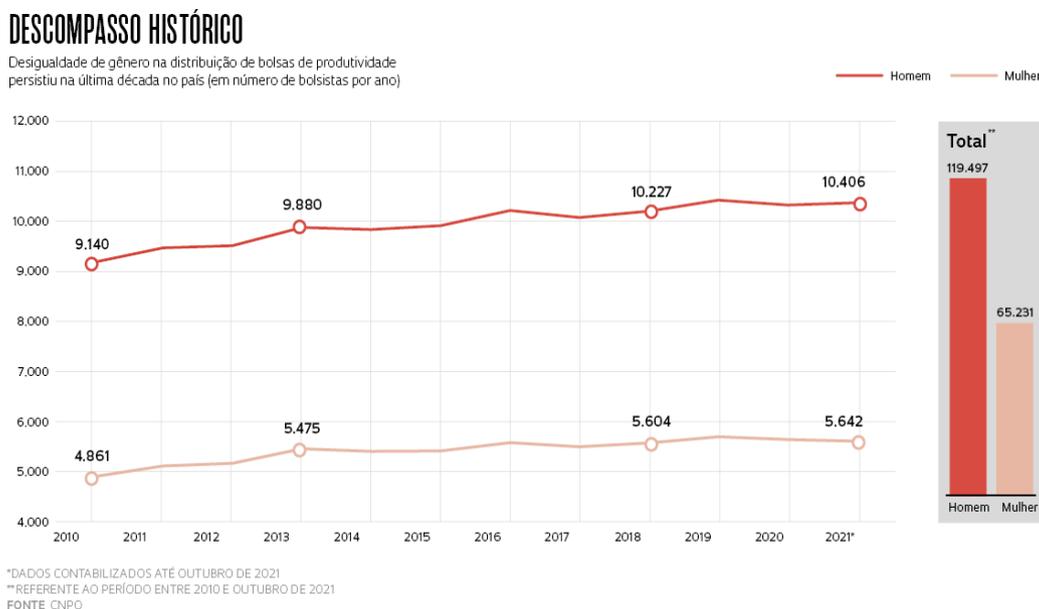
Andrade (2022), pela Revista Pesquisa Fapesp, publicou artigo intitulado “Desequilíbrio no sistema: desigualdade entre homens e mulheres marca a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq”, contendo um gráfico com os dados do CNPq sobre a distribuição de bolsas de produtividade para homens e mulheres no período de 2010 a 2021. Como podemos notar na imagem a seguir, das 184.728 bolsas outorgadas, 64,7% foram para homens e 35,3% para mulheres.

---

<sup>5</sup> Bolsa de Produtividade em Pesquisa para pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica, segundo critérios estabelecidos pelo CNPq e Comitês de Assessoramento. Para a categoria 1, o pesquisador é enquadrado em quatro diferentes níveis, com base comparativa entre os seus pares e nos dados dos últimos dez anos.

<sup>6</sup> Instagram do Parent in Science. Publicação de 04 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CwyiOZKJCwH/?igsh=dTQ5bGk0YzJucHU=>. Acesso em: 20 abr. 2024.

**Figura 1** – Distribuição de bolsas de produtividade para homens e mulheres - 2010 a 2021



**Fonte:** Revista Pesquisa FAPESP. Disponível em:  
<https://revistapesquisa.fapesp.br/desequilibrio-no-sistema/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

Tal estrutura não implica apenas no fator econômico, que tem sua imprescindibilidade para a dedicação à pesquisa; “as bolsas PQ também articulam recursos simbólicos, uma vez que o status de bolsista PQ possibilita o acesso a determinados comitês científicos e de assessoramento restritos” (Oliveira *et al.*, 2021, p. 79). A relação entre acesso/participação das mulheres na pesquisa versus agências de fomento também é tratada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo Fernanda De Negri (2020), pesquisadora do Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade do Ipea, houve um aumento expressivo da participação das mulheres nos programas de doutorado, atualmente em 54% – mais de 60% em ciências da vida e da saúde, e menos de 25% em ciências da computação e matemática, um quadro semelhante ao de países desenvolvidos. No entanto, “apesar de serem a maioria das pessoas com doutorado em diversas

áreas, as mulheres brasileiras não estão tão bem representadas nos níveis mais altos da carreira”, isso porque as mulheres formam apenas 24% dos beneficiários da bolsa produtividade e somente 14% da Academia Brasileira de Ciências (Negri, 2020).

Isso posto, partimos dos dados quantitativos para as narrativas qualitativas, entendendo que as subjetividades são formativas, e as histórias simbolizam a compreensão do mundo e carregam as transformações identitárias (Josso, 2004). E, nessa proposta, “realçar e mobilizar a experiência na compreensão da formação significa reconhecer que essa atividade se dinamiza num processo contínuo e intenso de compreensão do mundo” (Macedo, 2010, p. 36). Logo, acreditamos que analisar as narrativas nos permitirá compreender o fenômeno em outra dimensão, na perspectiva de quem se torna estatística.

## **Sobreviver: não ser mãe ou não ser cientista?**

A primeira narrativa que gostaríamos de apresentar data de março de 2022, ano anterior ao acontecimento disparador desta cartografia on-line, mas que nos provoca a dialogar com os dados divulgados a partir da pergunta: não ser mãe ou não ser cientista? Trata-se de uma publicação do PIS<sup>7</sup>, quando o grupo questiona a sobrevivência como meta:

Ah, mas eu sobrevivi!

Quantas vezes ouvimos essa frase quando estamos falando sobre (as dificuldades de) conciliar maternidade e carreira?

Entendemos que muitas vezes a frase é dita com a melhor das intenções, de pessoas querendo mostrar que é possível, que nós damos conta e chegamos lá. Mas precisamos parar de normalizar a sobrevivência como meta, pois isto tem um preço muito alto para nossa saúde mental e física.

---

<sup>7</sup> Instagram do Parent In Science. Publicação de 13 de março de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbC-wNjRfYa/?igsh=MW9jM3VwZ3ZvcWNqeQ%3D%3D>. Acesso em: 21 mai. 2024.

Além disso, a academia perde muitas pessoas talentosas que não se conformam com apenas sobreviver às suas carreiras. Não estamos falando de dedicação. Obviamente, uma carreira acadêmica exige comprometimento e trabalho árduo. Mas existe uma diferença entre dedicação e sacrifício [...] (PIS, 2022).

Em que pese ainda termos poucos estudos sobre a temática, as postagens ressaltam o peso da maternidade para a carreira científica, por determinantes sociais e culturais, diferentemente da situação paterna. A privação que recai sobre a mulher, ao ter de escolher ou ter filhos ou se dedicar a outras áreas, nos remete ao mito da maternidade (Noguera, 2017), em que Liríope, apesar de não querer comprometer sua eterna liberdade, que dependia de suas atividades sobre a natureza, viu-se obrigada a assumir o papel de mãe em uma espécie de suicídio. É metafórico o “suicídio” das mulheres cientistas, como notamos na cartografia, umas abandonam a academia para se dedicarem ao trabalho doméstico e do cuidado e outras desistem da maternidade para obter êxito na academia.

Na postagem citada anteriormente (PIS, 2022), uma das seguidoras do grupo relatou ter se ausentado após concluir sua graduação em razão do peso que a lógica da produtividade traria para sua rotina pessoal, incluindo seu desejo de ser mãe:

[...] Quando saí da graduação, todos os meus colegas apostaram que já engataria no mestrado e no doutorado... pelo meu desempenho acadêmico, pela minha seriedade com a profissão etc. Mas não, não me atraiu essa lógica de produtividade que a vida acadêmica exige, muitas vezes distanciada da prática real. O preço me parecia tão alto quanto o cobrado no criticado mercado de trabalho capitalista. E eu queria ser mãe [...] (SEGUIDORA 1, 2022).

Na mesma publicação, outra seguidora desabafou: “‘Ah, mas eu sobrevivi’ = ‘o objetivo disso tudo era me matar, mas nem deu certo’ 😞 Quanta gente não deixa carreira acadêmica de lado no meio do caminho?”. É exatamente com esta última fala que entramos na rede social da professora-pesquisadora Débora Diniz, no

período em que repercute a recusa da bolsa de produtividade com a menção às gestações da candidata.

Em 28 de dezembro de 2023, Débora publica em seu Instagram a imagem de um trecho da notícia da *Folha de São Paulo*<sup>8</sup>, contextualiza seus seguidores e, em seguida, avalia o parecer:

Há vários erros neste parecer. Salta aos olhos o colonialismo, a misoginia e a arrogância.

Não sei o que o parecer entende como pós-doutorado - será o trabalho de dois ou três anos de jovens doutores como assistentes de um professor sênior, ou as licenças/estágios acadêmicas brasileiras de um ano para pesquisa? Qualquer que seja a compreensão (repite: são muito diferentes), a colonialidade da avaliação é assustadora. No “exterior” é onde estaria o selo de mérito que faltaria à professora.

Mas há mais. A presunção de que “no exterior” é algo tão desejado e necessário à carreira acadêmica fez com que o parecerista encontrasse razões para Prof ... (grifo nosso) não o ter feito: é porque teve filhos, foram suas gestações.

[...] Está fora da imaginação que uma mulher com filhos possa ser doutora, pesquisadora e professora [...] (Diniz, 2023).

Após essa publicação, dezenas de mulheres começaram a comentar e contar suas histórias, compartilhando narrativas na parte de comentários do post. Ao receber tantos relatos nos comentários, a professora Débora Diniz sentiu a necessidade de abrir um outro canal de comunicação, um dispositivo de escuta, e, em nova publicação<sup>9</sup>, perguntou às seguidoras se as mesmas haviam recebido pareceres misóginos e, para poder organizar e continuar recebendo as histórias, criou o e-mail [pareceresmisoginos@gmail.com](mailto:pareceresmisoginos@gmail.com). No texto da chamada, ela explica:

---

<sup>8</sup> ZANINI, Fabio. Parecer do CNPq diz que gestações atrapalharam formação acadêmica de professora. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2023/12/parecer-do-cnpq-diz-que-gestacoes-atrapalharam-formacao-academica-de-professora.shtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.

<sup>9</sup> Instagram, Débora Diniz. Publicação de 28 de dezembro 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C1Z-fBsIFi/>. Acesso em 10 mai. 2024.

[...]

Queria fazer um pedido.

Se você já recebeu algum parecer assim, mande para mim. Lerei todos. Prometo que deixarei todos anônimos. Juntas iremos pensar o que fazer deste material: por enquanto é apenas formarmos uma comunidade de mulheres que já atravessaram a misoginia em palavreado sobre demérito na vida acadêmica. (Sei que muitas de nós viveu isso de outras formas, mais brutais, ou mais sutis, em encontros ou relações)

Repito o pedido: se você recebeu um parecer que avalia como contendo conteúdo misógino, envie para este e-mail. Serei eu a ler. Juntas pensaremos no que fazer (Diniz, 2023).

A iniciativa de Débora se fundamenta em seu próprio conceito de escuta como uma ação que difere de ouvir, pois o ouvinte pode dissimular, mantendo o outro em silêncio, o que não significa, porém, provocar afetos (Diniz, 2022). A escuta, no entanto, é utilizada por diversos autores (Skliar, 2022; Kohan, 2003; Barbier, 2002) como algo maior, mais político no sentido de reconhecer o outro, assumir sua existência, e, sem dúvidas, como uma “prática sempre incompleta, pois ela necessita nos deslocar das certezas do vivido. Por isso, a escuta feminista será sempre incômoda” (Diniz, 2022, p. 17). Entendemos assim que no contar, no narrar, está também o ato de escutar. Ao abrir um dispositivo de escuta na internet, se expande a narrativa do íntimo e adquire novas configurações com as características do digital em rede.

Na prática da escuta, também encontramos a ideia de alteridade que reside na narrativa, pois, quando contamos nossas histórias, também contamos com outros: “contar, então, pelo menos em um duplo sentido, em uma dupla configuração: contar a outros e contar com os outros” (Skliar, 2022, p. 25). Talvez aqui esteja uma das maiores potências da partilha de narrativas digitais feministas: a possibilidade de um narrar coletivo.

Foram ao total seis histórias compartilhadas e, em cada postagem com uma história principal, narravam-se novas histórias nos comentários, sendo o dilema da escolha entre a carreira científica e a maternidade sempre mencionado. Na próxima história compartilhada, a pesquisadora afirma, na carta enviada à Débora, ter sido punida financeiramente e com desprestígio acadêmico: “Não me arrependo, mas diante destas denúncias, vejo que também fui vítima de um sistema impossível para as mulheres”. Ela perdeu sua bolsa produtividade, enquanto o pai de seus filhos exerceu o cargo de pesquisador internacional. Débora Diniz (2024), então, apresenta a narrativa com suas análises:

Os méritos da carreira acadêmica são medidos. Número de artigos, livros, prêmios, estudantes orientados. No cálculo dos produtos, se esquecem de calcular o uso do tempo para o trabalho do cuidado.

Leia a história de hoje. Começa com ela jovem, assim como o ex-companheiro e pai dos filhos, como bolsista produtividade do CNPq. Tinha dois filhos pequeninos, e para organizar a métrica produtivista decide se concentrar em publicar, ir a congressos, e decidiu não estar na pós-graduação orientando alunos (orientava só na graduação, um desejo raro para a lógica vaidosa e produtivista das universidades). Ela fez as contas dos critérios: se tivesse excelência em todos os outros itens, a ausência de orientandos na pós seriam postos na balança pela distribuição do tempo na maternidade.

Não foi. Ela perdeu a bolsa. E comparativamente ao ex-companheiro que, segundo ela, usou 5% do tempo como visitador de filhos e 50% como pesquisador internacional, ela terminou sem bolsa num tempo em que prestígio e dinheiro faziam muita falta.

[...]

Essas histórias não pedem um sistema menos meritocrático no CNPq. Pedem um sistema consciente ao trabalho de cuidado como parte da realidade das mulheres na pesquisa no Brasil. Leiam comigo: cada uma das maravilhas da excelência, a pesquisadora cumpriu. Apenas ponderou uma delas com o tempo do cuidado. Compará-la com alguém tão próximo na casa, da geração ou da competição foi injusto, como foi com seu ex-companheiro.

As mulheres devem ter uma carreira no CNPq e outras agências de fomento em que disputem com outras as mulheres. Nesse universo, nossas interseccionalidades devem ser ponderadas (Diniz, 2024, grifo nosso).

Nos comentários dessa publicação, uma usuária relatou sua escolha de abrir mão do doutorado para se dedicar à maternidade, e outra refletiu sobre o peso de quem precisou optar pela academia e renunciar à maternidade.

Frente a esse relato, é preciso reconhecer que o sistema capitalista inviabilizou a industrialização do trabalho doméstico porque, em sua consolidação, acentuou-se a divisão sexual do trabalho – divisão que reside no “âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres” (Hirata; Kergoat, 2003, p. 114) –, o que levou o trabalho doméstico a se tornar uma atividade sem lucro e interna, e mais, “o trabalho doméstico, orientado pela ideia de servir e realizado pelas donas de casa... diminui o prestígio social das mulheres” (Davis, 2016, p. 228). A quem caberia, portanto, a atividade não remunerada? Os dados, quantitativos e qualitativos, evidenciam a estrutura desse sistema não isonômico, em que a classe masculina, sustentada pela força de trabalho gratuita e exploratória da mulher, garante as condições para deter a propriedade, o poder e a estatística, na medida em que se distanciam da parentalidade. O cenário sociocultural é tão comum que nos deparamos com a seguinte afirmação de uma seguidora de Débora na publicação citada: “Amo esse termo progenitor. Frio, distante e burocrático como a paternidade geralmente é” (Seguidora 2, 2024).

Nesse ciclo que preserva o privilégio masculino, há outra ponta que atua como uma estratégia restritiva, uma espécie de controle da natalidade no ambiente acadêmico. É o que notamos quando lemos os comentários da publicação<sup>10</sup> de Débora Diniz sobre um relato acerca do processo seletivo, que, nas palavras da professora, trata de uma situação bem comum: “a inquirição se conseguiria conciliar

---

<sup>10</sup> Comentários realizados no Instagram. Publicação de 29 dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C1chWiao3Ro/?igsh=MXI3cG9xdG1sOG0xNw==>. Acesso em: 20 abr. 2024.

estudos com cuidado de filhos”. Determinada seguidora comentou que, na primeira reunião com as orientandas, o orientador afirmou não gostar de orientar mulher – “o negócio de mulher é casar e ter filhos e isso atrapalha a carreira acadêmica” (Seguidora 3, 2023); uma outra usuária da rede social acrescentou: “Quando fui fazer a entrevista com o possível orientador (homem), ele não fez perguntas sobre o projeto, mas perguntou se eu tinha intenção de engravidar nos próximos anos. É estrutural e é naturalizado pelo sistema” (Seguidora 4, 2023). Por fim, a última pequena narrativa que compõe nossa análise na publicação indicada em nota de rodapé:

Em 2012 entrei no doutorado e logo em seguida engravidei. Eu e mais 3 colegas. Em uma aula de bioética um professor renomado disse que doutorado era incompatível com uma gravidez e que devíamos escolher um ou outro. Passamos muita raiva. Todas terminamos no tempo regular. Tive uma orientadora que apoiou incondicionalmente e que nunca questionou se eu seria ou não capaz (Seguidora 5, 2023).

Além desses, há numerosos relatos motivados por essa tática digital de Débora para reunir e visibilizar histórias de exclusão, recusa ou ameaças a mulheres que vivenciam ou desejam viver sua maternidade na academia. Em adendo, cabe lembrar que a conquista da contemplação da maternidade na plataforma Lattes é recente. Sua reivindicação data de 2018, depois do I Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, realizado pelo Parent in Science, e após sua solicitação formal, em 2019, de um campo específico na plataforma para a informação sobre parentalidade, a fim de que os períodos de pausa na carreira em função da maternidade fossem sinalizados, para uma ampliação de análise do tempo de publicação exigido em editais e processos seletivos. A inclusão do campo

licença-maternidade no Currículo Lattes só ocorreu em abril de 2021<sup>11</sup>. Não obstante ter sido um passo muito importante e uma conquista para as pesquisadoras mães, vários relatos enunciam que as licenças-maternidade foram ignoradas na avaliação dos Currículos Lattes, como ilustra o trecho que Débora transcreveu de uma carta recebida e publicou em seu Instagram<sup>12</sup>:

Registrei as duas maternidades no Lattes e no projeto, nenhum dos dois foi devidamente avaliado. As métricas consideraram 5 anos de produção, ignorando a recomendação do documento da área, que determinava que mulheres que tiveram filhos ou adotaram nos últimos 10 anos deveriam acrescentar dois anos de produção por filho (Diniz, 2024).

Todo esse movimento de mulheres que cartografamos no Instagram, entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024, culminou com o endereçamento de um documento, pela Clínica Jurídica da Universidade de Brasília, à presidência do CNPq com imagens das postagens.

Para fins de desfecho desta cartografia on-line, ressaltamos a importância das narrativas, pois, com elas, “os indivíduos reorganizam a própria história criando laços de significado e coerência para eventos e acontecimentos marcantes” (Martins, Raimundo *et al.*, 2020, n.p). Por meio desse recurso, mulheres revisitaram suas trajetórias, tecendo reflexões com outras mulheres e o texto-base das publicações no Instagram, nas quais atribuíram significados às suas escolhas de vida e ao espaço acadêmico. Assim também nós, pesquisadoras, durante este estudo, revisitamos

---

<sup>11</sup> BRASIL. CNPq anuncia inclusão do campo licença-maternidade no Currículo Lattes. Notícias. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>. Acesso em: 2 abr. 2024.

<sup>12</sup> Instagram da Débora Diniz. Publicação de 4 janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C1q-028tCao/?igsh=MWR5NWhuOXVocHIyZA%3D%3D>. Acesso em: 13 mai. 2024.

nossas experiências acadêmicas nos períodos em que gestamos e maternamos na universidade.

## **Ciência no feminino: a necessidade de continuar constelando narrativas feministas**

Ao longo deste estudo, foram tecidas narrativas acompanhadas de reflexões, dados estatísticos e referenciais teóricos que nos ajudaram a compreender as complexas situações que as mulheres mães enfrentam ao vivenciar suas maternidades na academia.

Entendemos que este texto é um artigo situado, pois cartografou o movimento de mães cientistas realizado em dezembro de 2023, no Instagram, após o acontecimento do parecer misógino que uma pesquisadora mãe recebeu. Por outro lado, também recuperamos histórias e narrativas que transbordam uma noção linear do tempo; registramos os dados de nosso estudo, que fez uso da cartografia on-line como um método propício para trazer as narrativas digitais maternas.

Retomamos a ideia de Margareth Rago (2001), que, ao refletir sobre o imaginário social construído a respeito da mulher feminista, propõe a construção de um mundo filógeno. A pesquisadora, ao questionar as construções misóginas amplamente aceitas, salienta que “o mecanismo de naturalização e de cristalização das práticas sociais, que implica sua des-historicização, é fundamental na configuração do imaginário misógino” (Rago, 2001, p. 65).

Concordamos também que, no âmbito da ciência, é inegável o imaginário social de que a maternidade atrapalha a mulher pesquisadora. Frente a essa imagem que afeta inclusive a cidadania da mulher, na medida em que se mantém excluída dos maiores benefícios de incentivo promovidos pelas diversas agências de fomento à pesquisa, chegamos ao final do presente artigo entendendo que é preciso feminizar

a ciência para que ela se reestruture em uma perspectiva filógena (Rago, 2001), de incentivo à mulher enquanto a ela ainda couber uma maternidade solitária.

Concluimos este texto recuperando a pergunta que o intitula: mães podem pesquisar? Vimos pelos dados encontrados que a ciência só é permitida à mulher mãe até certo limite estabelecido pela própria estrutura institucional, limite este que a marginaliza, mantendo-a com seus filhos à margem do reconhecimento do trabalho remunerado de pesquisador.

As histórias aqui apresentadas, materializadas em narrativas digitais, abriram um caminho pelo qual precisamos continuar avançando. O que acontece quando compartilhamos nossas histórias maternas nas redes? Qual a potência da narração digital? Ora, “contar é criar, e narrativas são invenções condicionadas pelo que é pensável e dizível em um determinado espaço-tempo, mas sempre participante da luta para dispensar e restabelecer ontologias” (Yedaide; Porta, 2023, p. 230). Defender a ideia de que as narrativas possuem uma potência criadora não é apenas necessário, mas também uma posição epistemológica, política, ética e estética, porquanto elas mobilizam escutas (Diniz, 2022) e aproximam os corpos afetados por suas histórias, cujas afecções aumentam, neste processo, a potência de agir e existir (Spinoza, 2020).

Não fosse assim, não encerraríamos a presente obra com a notícia do edital da FAPERJ intitulado “Cientistas Mães”, como a primeira ação específica de um órgão de fomento à pesquisa fluminense para cientistas mães, uma conquista na luta e esperançar feminista.

## Referências

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Desequilíbrio no sistema: Desigualdade entre homens e mulheres marca a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 311, jan. 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/desequilibrio-no-sistema/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano Editora, 2002.

CARVALHO, Filipe; POCAHY, Fernando. O método cartográfico na/com a formação na cibercultura. **RE@D, Revista de Educação a Distância e Elearning**. v. 3, n. 1, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Cartographies des marges: intersectionnalité, politique de l'identité et violences contre les femmes de couleur. **Cahiers du Genre**, 2005/2 (n° 39), p. 51-82. DOI: 10.3917/cdge.039.0051. Disponível online em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2005-2-page-51.htm>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Débora. Ouvir. In: DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

FERRAROTTI, Franco. **História e histórias de vida**: o método biográfico nas Ciências Sociais. Tradução: Carlos Eduardo Galvão, Maria da Conceição Passeggi. Natal: Editora UFRN, 2014.

FREITAS, Paula Rios de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; CARVALHO, Felipe. "Eu sempre sonhei em ter um neto homem!": cartografando vídeos de "chás de revelação" no YouTube. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 55, p. 37-58, jan./abr. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3VCekQF>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

GARCIA, Alexandra. Afetos. In: REIS, Graça; OLIVEIRA, Inês Barbosa de; BARONI, Patrícia. **Dicionário de Pesquisa Narrativa**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Situando diferenças, v.5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <<https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/31102009-083336haraway.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA, Helena; MARUANI, Margaret. **As novas fronteiras da desigualdade**. São Paulo: SENAC, 2003. p. 111-123.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: <https://livros.arvore.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

JOSSO, Marie Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Revista Educação**. Porto Alegre, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 27, p. 13-14, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644756>. Acesso em: 1 jul. 2024.

KOHAN, W. O. **Infância: entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Compreender/Mediar a formação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

MADDALENA, Tania Lucía; NOLASCO-SILVA, Leonardo. Pandemia ilustrada: criações curriculares a partir da contação de histórias digitais. **Revista Espaço do Currículo (online)**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 1-16, 2022.

MARQUES, Fabrício. A desigualdade escondida no equilíbrio: Mulheres conquistam espaço na carreira científica no Brasil, mas obstáculos no acesso a algumas áreas são desafio. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 289, 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-desigualdade-escondida-no-equilibrio/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

NEGRI, Fernanda De. **Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis?** Artigo de opinião. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/177-mulheres-na-ciencia-no-brasil-ainda-invisiveis>. Acesso em: 31 mar. 2023.

NOGUERA, Renato. **Mulheres Deusas: como as divindades e os mitos femininos formaram a mulher atual**. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

OLIVEIRA, A. et al. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Revista de Ciências Sociais**. v. 27, p. 75-93. out. 2021.

POCAHY, Fernando. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. **Textura**, Canoas, p. 18-30, jan. 2011.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva** [online]. v. 15, n. 3. 2001.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTAELLA, Lucia. **Humanos hiperhíbridos**: linguagens e cultura na segunda era da internet. Rio de Janeiro: Paulus Editora, 2021.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Santo Tirso: Whitebooks, 2014.

SANTOS, E.; FERNANDES, T.; YORK, S. **Ciberfeminismos e cibereducações**: narrativas de mulheres durante a pandemia de Covid-19. Salvador: EdUFBA, 2022.

SCAVONE, Lucia. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu** (16), 2001. pp. 137-150. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SKLIAR, Carlos. Sobre escutar (e narrar e conversar). In: **Escuta Psicoanalítica**: manifesto contra a opacidade em escutar o outro. Curitiba: Editora CRV, 2022. p. 25-30.

SPINOZA. **Obra Completa III**. Tratado Teológico-político. Tradução: Jacob Guinzburg, Newton Cunha. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020. Disponível em: <https://livros.arvore.com.br>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SOUZA, Elizeu Clementino; MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. **Pesquisa Narrativa**: Interfaces entre história de vida, arte e educação. Editora UFSM, 2020. Edição do Kindle.

SOUZA, Elizeu Clementino de. Pesquisa narrativa e escrita (auto)biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). **Tempos, narrativas e ficções**: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 2. reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MÃES PODEM PESQUISAR? UM ESTUDO COM NARRATIVAS DIGITAIS SOBRE MATERNIDADE E VIDA...  
TRANCOSO, MICHELLE, V.; MADDALENA, TANIA, L.

YEDAIDE, M.; PORTA, Luis. Narrativa como forma de conhecer as experiências do mundo.  
*In*: REIS, Graça; OLIVEIRA, Inês Barbosa de; BARONI, Patrícia. **Dicionário de Pesquisa Narrativa**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2023.

**Revisores de línguas e ABNT/APA:** Carolina Machado de Almeida

**Submetido em 21/05/2024**

**Aprovado em 27/08/2024**

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)